

DRd | Desenvolvimento Regional em debate

Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado

DESAFIOS PARA O ASSOCIATIVISMO DE BASE TERRITORIAL: O CASO DO PROJETO TRANÇAS DA TERRA¹

Ana Lúcia Behrend Listone²
Eliane Salete Filippim³

RESUMO

Partindo da premissa que o associativismo consiste em importante estratégia para o desenvolvimento sustentável, o objetivo central deste artigo foi descrever o projeto Tranças da Terra observando se ele pode contribuir para o desenvolvimento da região Meio Oeste de Santa Catarina. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se define como qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista, a observação direta e o estudo de documentos. A investigação bibliográfica e a pesquisa de campo foram utilizadas para análise deste caso. A análise se pautou pela descrição e interpretação dos dados colhidos sobre o caso e teve duas frentes de investigação: a bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica consultou a literatura sobre os temas: desenvolvimento sustentável, artesanato, território, governança territorial e indicação geográfica. Dentre os principais resultados apurou-se que de fato o projeto Tranças da Terra, contempla fortemente elementos das dimensões ambiental e social da sustentabilidade, faltando, contudo a observação de metas da dimensão econômica da sustentabilidade de forma a viabilizar e dar permanência ao Projeto.

Palavras-chave: Artesanato. Desenvolvimento. Associativismo.

CHALLENGES FOR THE ASSOCIATIVISM OF TERRITORIAL BASE: THE CASE OF TRANÇAS DA TERRA PROJECT

ABSTRACT

Assuming that the associativism consists on important strategy to the sustainable development, the main objective of this article was to describe the project Tranças da Terra, observing if it can contribute to the development of the Middle West region of Santa Catarina State. Relating to the methodological procedures, this research is defined as qualitative. To the data collection, it was used the interview, the direct observation and de study of documents. The bibliographical investigation and the field research were used to the analysis of this case. The analysis was centered on the description and interpretation of the collected data about the case and it had two investigation approaches: the bibliographical and the field researches. The bibliographical research checked the literature about the themes: sustainable development, craft, territory, territorial governance and geographical indication. Among the

¹Os estudos que resultaram no presente artigo estão integrados ao projeto de pesquisa em curso *Território, Identidade Territorial e Desenvolvimento*, com financiamento da FAPESC.

²Bolsista iniciação científica da Unoesc. E-mail: analucia.listone@gmail.com

³Orientadora. Pós-doutora em Administração Pública e Governo. Pesquisadora do Mestrado Profissional em Administração da Unoesc. E-mail: eliane.filippim@unoesc.edu.br

main results, it was found that in fact the project Tranças da Terra strongly embodies elements of the environmental and social dimensions of sustainability, lacking, however, the observation of goals of the sustainability economic dimension in order to enable and make the Project permanent.

Keywords: Craft. Development. Associativism.

INTRODUÇÃO

Por iniciativa de lideranças regionais e do poder público, em 1998, foi implantado no Meio Oeste Catarinense um Fórum de Desenvolvimento Regional que buscou firmar parcerias a fim de superar os limites restritos do município e propor alternativas de desenvolvimento que integrassem o território regional. O Fórum implantou, no ano de 2002, a sua agência executiva denominada de ADMOC (Agência de Desenvolvimento do Meio Oeste Catarinense).

Esta agência, em diagnóstico realizado, detectou como uma das alternativas para o desenvolvimento regional, o incremento do artesanato em palha de trigo por meio da articulação de uma rede de artesãos que atuavam em tal atividade. Com base neste diagnóstico, desenvolveu-se, na Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), em 2003, um projeto de iniciação científica pelo então aluno de Ciências Contábeis Maicon Progol, orientado pela Professora Eliane Salete Filippim que teve como objetivo mapear o artesanato de palha de trigo remanescente, bem como cadastrar os(as) mestre(s) deste ofício e as possibilidades da sua associação para produzir este tipo de artesanato. Os resultados da pesquisa serviram de base para que o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) organizasse a implantação de um Projeto que foi depois denominado Tranças da Terra.

O processo de constituição da rede de base para efetivar o Projeto Tranças da Terra teve início em 2005 com a instalação de núcleos. Em novembro de 2006, foi concluída a constituição de uma associação com a inauguração do núcleo administrativo, uma central de vendas e uma loja.

Neste contexto, este estudo buscou descrever a trajetória de constituição da associação desde 2006, quais os resultados alcançados pelo Projeto e quais os seus principais desafios para o futuro. Neste sentido, as perguntas que nortearam esta pesquisa foram: o projeto Tranças da Terra se constitui numa alternativa que pode contribuir para o desenvolvimento da região Meio Oeste de Santa Catarina? Existe possibilidade de buscar a Indicação Geográfica (IG) para os produtos do Projeto Tranças da Terra?

Visando aprofundar a compreensão sobre as potencialidades e limites de estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento, buscou-se estudar um caso específico, o do Projeto Tranças da Terra. Para tal, foram traçados os seguintes objetivos: Objetivo Geral foi descrever o projeto Tranças da Terra observando se ele pode contribuir para o desenvolvimento da região Meio Oeste de Santa Catarina. Objetivos específicos: a) Caracterizar a região Meio Oeste Catarinense; b) Descrever breve histórico do Projeto Tranças da Terra; c) Identificar os produtos do Projeto Tranças da Terra

demonstrando sua tradição territorial; d) Conhecer a forma de gestão do Projeto Tranças da Terra; e) Registrar iniciativas que estejam sendo realizadas no sentido da valorização do produto; f) Caracterizar as potencialidades do Projeto Tranças da Terra em termos de geração e agregação de renda e como nova atividade econômica regional.

Este estudo contém as seguintes partes: após esta introdução apresenta-se a revisão bibliográfica, seguida da descrição dos procedimentos metodológicos. Após apresenta-se a análise dos dados, a conclusão e as referências utilizadas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta parte tratou-se dos temas que dão base ao estudo: desenvolvimento sustentável, artesanato, território, governança territorial e indicação geográfica.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um território pode ser desenvolvido desde que adote estratégias sustentáveis. Nesse sentido, projetos que contemplem o resgate da cultura regional, gerem renda, formem o associativismo, preservem o meio ambiente e busquem superar as disparidades cidade/campo, acabam por atender a critérios básicos de sustentabilidade (SACHS, 1994). Para além de simples crescimento econômico, compreende-se aqui desenvolvimento sustentável como aquele que é capaz de atender pelo menos cinco dimensões: a) social: contempla a redução de desigualdades; b) econômica: busca aumentar a geração de renda e a riqueza social por meio da endogenização; c) ecológica: visa melhorar a qualidade do meio ambiente e a preservação dos recursos energéticos; d) espacial: busca superar as desigualdades regionais e entre cidade/campo; e) sustentabilidade cultural: incentiva o resgate e o respeito à cultura local (MONTIBELLER, 2002).

Um projeto ancorado em desenvolvimento sustentável social, econômica, ecológica, cultural e geograficamente tem como premissa considerar que deve gerar renda para seus participantes por meio da atividade que tenha raízes em um processo de identificação cultural e no respeito ao meio ambiente. Entende-se que o artesanato tem esse potencial de sustentabilidade, uma vez que faz parte da tradição cultural de uma região. A partir de técnica há muito utilizada, podem-se criar novos produtos e intensificar a agregação de valor.

O ARTESANATO COMO ELEMENTO AGREGADOR

O artesanato “não apenas representa um aspecto da memória cultural de um povo, mas também se faz instrumento de valorização dos seus elementos materiais, pois a atividade artesanal é um exercício do poder criativo do homem, emprestando variedade e beleza às formas representativas da sua cultura material” (PEREIRA, 1979, p. 84). O Termo de

referência SEBRAE para o artesanato, de 2003, amplia o conceito de artesanato quando afirma que:

[...] desenvolver produtos artesanais de referência cultural significa valer-se de elementos que reportem o produto ao seu lugar de origem, seja através do uso de certos materiais e insumos ou técnicas de produção típicas da região, seja pelo uso de elementos simbólicos que façam menção às origens de seus produtores ou de seus antepassados. (SEBRAE, 2004 apud SILVA et al, 2010, p.10).

O processo artesanal está ligado à produção manual de peças únicas ou, pelo menos, de peças que fazem parte de uma pequena série, mas que, mesmo quando manufaturadas por meio de um processo repetitivo, fogem da padronização pela interferência de fatores imprevisíveis, como o estilo individual de cada artesão ou mesmo pelo uso dos materiais, que podem apresentar variações. (MAZZA; IPIRANGA; FREITAS, 2006).

Complementarmente, Soares e Fischer (2010, p. 2), afirmam que na contemporaneidade o artesanato pode ser situado como uma matriz de resistência às tentativas substancialmente homogeneizantes de modos de produção e padrões de consumo. Mesmo quando repetida através de numerosos exemplares, uma obra de artesanato nunca chega a ser absolutamente igual à outra, o que lhe confere uma individualidade impossível de ser obtida na produção industrializada. Por mais cópias que sejam feitas, as peças artesanais são sempre peças únicas.

Conforme Fischer (2007, p.4), a maestria no processo artesanal é observada em um grupo de pessoas que conjugam, no seu fazer, técnica e sensibilidade. Por maestria entende-se o domínio de um campo de saberes e práticas relativamente definido enquanto natureza e estrutura conceitual, ou seja, um campo disciplinado pela própria estrutura do saber e com ritos de passagem que garantem a sua permanência e renovação.

Como atividade cultural, o artesanato produzido em grande escala e com alto potencial competitivo, só pode ser feito por meio de parcerias de vários artesãos constituindo uma rede. Os artesãos dispersos e buscando colocação individual no mercado não têm conseguido lograr êxito. Alguns fatores (o investimento em *design*, por exemplo) não são acessíveis a pequenos produtores, mas, uma vez associados em rede, o seu potencial de investimento fica ampliado, e as chances de geração de renda se multiplicam. Chegar a um eficiente estágio de cooperação requer a implantação de um sistema de parceria regional, ancorado em mecanismos de associativismo.

O artesanato insere-se como um dos campos de representação da cultura popular, responsável por contribuir com a identidade cultural de um dado território.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

O tema território é tratado por diferentes autores, alguns, aqui referenciados, cada um deles com sua concepção, em geral, complementando-se. O território é concebido, principalmente, como: (a) domínio politicamente estruturado resultante de apropriação simbólica identitária, inerente a certa classe social (HAESBAERT, 2007); (b) espaço definido

e delimitado por e a partir de relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995); (c) espaço apropriado a partir da ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público ou a grandes empresas (ANDRADE, 1995); (d) como um nome político para o espaço de um país (SANTOS; SILVEIRA, 2001); espaço usado, apropriado (SANTOS, 1997).

Outro autor brasileiro, Souza (2005), salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Para o autor, a autonomia é a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Assim sendo, uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território. Trata-se de uma sociedade com poder, onde o Estado não pode ser concebido enquanto instância de poder centralizadora e separada da sociedade. A concepção de território autônomo, implica num ambiente onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo e democrático.

Apesar do poder de autonomia atribuído à escala territorial, é necessário lembrar que os territórios estão inseridos num mundo globalizado, em que a multiescalaridade dos processos está presente, sendo que vários autores tem chamado atenção para este fato (FERNÁNDEZ; DALLABRIDA, 2008; BRANDÃO, 2007; AMIN, 2008; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008).

Corroborando, Saquet (2007) afirma ser o território condição de processos de desenvolvimento, reforçando a necessidade de se buscar compreender as relações entre os atores e destes com o lugar. Referimo-nos a lugar não apenas como área geográfica, mas como um contexto representado pelo território e pelas territorialidades.

Alguns autores enfatizam a noção de território para o desenvolvimento local, na medida em que esta noção integra os diferentes atores, práticas culturais, valores, características econômicas e sociais particulares a uma dada região. Segundo Dallabrida (2006, p. 161), a concepção de território envolve não a propriedade da terra, mas a apropriação do espaço, “[...] com seus atributos naturais e socialmente construídos, o qual é apropriado, ocupado, por um grupo social”.

A ideia de localidade - o local - pode ser compreendida como um recorte do território. Situado ante o global, o local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um subespaço ou um subconjunto espacial e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. Usualmente, local tem sido identificado com a ideia de lugar. Dentro de uma acepção geográfica estrita, lugar pode ser definido como uma porção do espaço na qual as pessoas habitam conjuntamente, implicando, portanto, a ideia de co-presença. Lugar é associado à ideia de localidade como cenário físico da atividade social, com uma localização geográfica determinada (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

No contexto da globalização o território torna-se o espaço onde se definem os embates entre os diferentes atores sociais e econômicos. Isto ocorre porque a eficácia das ações econômicas está ligada ao espaço onde estas são concretizadas: “[...] os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Ainda, conforme os autores, o território passa a ser, desta forma, um espaço fragmentado, posto que os diferentes atores (ou empresas hegemônicas) que nele

atuam (e conflitam) buscam atender objetivos individuais, muitas vezes impossibilitando a regulação desta ação pelos poderes públicos. Tal fragmentação pode levar à deterioração da solidariedade e da cooperação características de grupos sociais que compartilham as mesmas vivências e tradições. Em relação a Identidade Territorial, Castells (1999, p. 23), afirma que:

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e pelo poder e revelações de cunho religioso. Ao longo do tempo os grupos sociais e sociedades reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço.

Para Haesbaert (1999, p. 171), “[...] os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta”.

Observa-se um movimento também de desterritorialização, diante do qual surge a tendência de apegar-se a terra, a chamada reterritorialização. O processo de reterritorialização confunde-se, então, com a construção da identidade territorial de grupos sociais. O processo de reterritorialização, contribui na identificação e valorização do capital territorial. O capital territorial constitui-se na riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc), por outro lado, as relações do território com o exterior são elementos determinantes do capital do território (LEADER, 2009).

Os autores Benko e Pecquer (2001) afirmam que a noção de território está de volta nas análises econômicas. Os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado, gerando uma vantagem comparativa. A questão é saber como os territórios capitalizam, ou não, isso a seu favor. Já Pecqueur (2009) propõe que estratégias para desenvolvimento de sistemas produtivos que se originem a partir da perspectiva territorial deveriam estar focadas no que chama de modelo de qualidade, avançando da vantagem comparativa para a vantagem diferenciadora.

Ao conceito de território liga-se também a noção de região. De acordo com Corrêa (1986) o termo região deriva do latim *regio*, cuja raiz *regi* se liga à regência, regra, regente e se refere a uma unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano, o que atribui a conceituação uma conotação política, como área de extensão do poder centralizado em Roma, de limites, de domínio.

Os diferentes usos do conceito de região e suas diferentes operacionalidades variam no tempo e no espaço, explicando também contextos políticos, econômicos, institucionais e culturais (GOMES, 1995).

Embora seja difícil estabelecer com precisão o significado da palavra região, qualquer definição estará intimamente relacionada com as formas de produção, desenvolvidas por grupos sociais em determinados territórios e em um dado momento histórico.

As discussões acerca do conceito de território ganham importância com a crescente necessidade de mudança nos sistemas de governo, incapazes de suprir as necessidades da maioria da população. Desta forma, um aspecto necessário de ser analisado em relação ao debate entorno do território é a questão da governança territorial.

Governança de base Territorial

Ferrão (2010) afirma que a emergência do tema na atualidade resulta de debates que têm como pano de fundo a necessidade de transcender as limitações das concepções modernas até então prevalecentes sobre o Estado, intencionando o aprofundamento da democracia e a melhoria da eficiência da ação pública, representando a transição de um Estado diretamente interventor e executor, uma visão de comando e controle, para outra concepção do papel do Estado centrada em intervenções de natureza, sobretudo reguladora e estratégica.

Complementando a argumentação sobre o tema, Dasí (2008), destaca que a governança territorial pode ser encarada como aplicação dos princípios de boa governança às políticas territoriais e urbanas, ou como um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais numa óptica inovadora, partilhada e colaborativa.

A análise dos diferentes processos de governança territorial e desenvolvimento contribuem para firmar a convicção de que governa e decide quem tem poder. A governança, assim, sinteticamente, refere-se ao ato de atribuir poder à sociedade para governar, ou, de conquista de poder pela sociedade, para governar. Portanto, o exercício da governança é realizado por meio de relações de poder (DALLABRIDA, 2003; 2007). Ainda, de acordo com o autor o termo governança territorial refere-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos, a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

A análise dos diferentes processos de governança territorial e desenvolvimento contribuem para firmar a convicção de que governa e decide quem tem poder. A governança, assim, sinteticamente, refere-se ao ato de atribuir poder à sociedade para governar, ou, de conquista de poder pela sociedade, para governar. Brandão (2011) ressalta que é imprescindível buscar construir estratégias multiescalares e governança multinível. Tais estratégias, segundo o autor, precisam contemplar uma abordagem das diversas escalas espaciais que se articulam no território em que se quer promover determinado processo de desenvolvimento.

Em síntese, conforme Dallabrida (2011), a governança territorial pode ser percebida como uma instância institucional de exercício de poder de forma simétrica no nível territorial. A sua prática pode incidir sobre três tipos de processos: (1) a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão; (2) a construção de consensos mínimos, através da instauração de diferentes formas de concertação social como exercício da ação coletiva; e, por fim, (3) a construção de uma visão prospectiva de futuro. Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para o desenvolvimento. A gestão do desenvolvimento, realizada na perspectiva da concertação público-privada, implica numa revalorização da sociedade, assumindo uma postura propositiva, sem, no entanto, diminuir o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias.

Uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial à noção de identidade territorial é a Indicação Geográfica.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

No Brasil, de forma jurídica, as indicações geográficas são consideradas marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território (ANJOS, 2012). Assim tornam-se ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios, atendendo a duas funções: agregar valor ao produto e proteger a região produtora.

A Indicação Geográfica (IG) se caracteriza como um ativo intangível da propriedade intelectual que representa um atributo, uma qualidade atribuída ao meio ou a fatores humanos ou uma reputação que distingue produtos ou serviços relacionados a uma determinada origem geográfica (FERREIRA et al., 2013).

Possibilita a construção de uma conformação socioeconômica que destaca a importância dos produtos (ou serviços) com identidade territorial, para o desenvolvimento. Trata-se de ultrapassar a dimensão de vantagem comparativa para uma vantagem diferenciadora, resultante de processos originais de emergência de recursos e ativos com ancoragem territorial (PECQUEUR, 2009; DALLABRIDA, 2012).

A literatura contemporânea que trata do tema, em geral, reconhece que uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento à noção de território e identidade territorial é a Indicação Geográfica (IG). Trata-se de uma das principais alternativas para conferir aos serviços e produtos de base territorial maior competitividade e até mesmo a possibilidade de inserção diante de um mercado local ou mundial, produzindo uma conjuntura favorável ao desenvolvimento (local, regional, territorial). No Brasil, até agosto de 2012 eram 25 as experiências brasileiras de Indicação Geográfica registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Destas, seis estão na condição de Denominação de Origem e dezenove como Indicação de Procedência. Das experiências brasileiras de Indicação Geográfica apenas uma delas situa-se no estado de Santa Catarina (SC). Trata-se da experiência de Urussanga e municípios próximos, no Sul catarinense, registrada como Vales da Uva Goethe, dedicada à produção de vinho da uva Goethe, articulada pela Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga (PROGOETHE).

Complementarmente, Pecqueur (2001; 2006) propõe um modelo que chama de cesta de bens e serviços ancorados territorialmente, associando bens e serviços com Denominação de Origem Protegida, com outros, que tenham qualidade e se identifiquem com o território de origem. De forma semelhante, Acampora e Fonte (2008) reforçam a necessidade de políticas públicas com a finalidade de reconhecer e proteger as especificidades territoriais e culturais, pela valorização da identidade territorial por meio de uma cesta de bens. Já Albagli (2004) propõe diferentes estratégias no sentido do fortalecimento e capitalização de territorialidades em favor do desenvolvimento (local, regional, territorial).

De forma semelhante, Acampora e Fonte (2008) reforçam a necessidade de políticas públicas com a finalidade de reconhecer e proteger as especificidades territoriais e culturais, pela valorização da identidade territorial por meio de uma cesta de bens. Já Albagli (2004) propõe diferentes estratégias no sentido do fortalecimento e capitalização de territorialidades em favor do desenvolvimento (local, regional, territorial).

Para Saquet (2003), a territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Assim sendo, a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos.

Outra questão que tem referência com o tema da identidade territorial e sua relação com o desenvolvimento é a questão dos recursos e ativos territoriais. Para Pecqueur (2005), o desafio das estratégias de desenvolvimento constitui-se em se apropriar dos recursos específicos e buscar o que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para tal, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação de recursos, ou seja, transformar recursos em ativos específicos. O autor faz uma diferenciação entre ativos e recursos genéricos, de ativos e recursos específicos. Os ativos e recursos genéricos são totalmente transferíveis e seu valor é um valor de troca, estipulado no mercado via o sistema de preços. Estes ativos e recursos não permitem que um território se diferencie de forma consistente, de outros, uma vez que eles são transferíveis, ou seja, são transacionados no mercado. Já os ativos específicos, por sua vez, possibilitam um uso particular e seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Além disso, eles apresentam um custo de transferência que pode ser alto e irrecuperável. Assim, os recursos específicos merecem maior atenção. Eles possibilitam a construção de uma argumentação que destaca a importância dos produtos com identidade territorial, para o desenvolvimento. Ressalta ainda o autor que os recursos específicos, ao contrário dos recursos genéricos, não são mensuráveis, ou seja, não são expressos em preços e não podem ser transferidos, como qualquer produto transacionado no mercado. São elaborados num espaço de proximidade geográfica e institucional, a partir de uma troca não mercantil: a reciprocidade.

Benko e Pecqueur (2001, p. 31), ao lembrarem que apesar da mundialização, a metropolização, a formação das áreas de livre comércio, a articulação entre o global e o local estarem no centro das preocupações da economia espacial, a mundialização não significa homogeneização dos espaços.

O conjunto dos ativos e recursos genéricos e específicos, materiais e imateriais, constituem o que podemos chamar de capital territorial, definido em documento da LEADER (2009, p. 19), como o conjunto dos elementos de que dispõe o território ao nível material e imaterial e que podem construir vantagem ou desvantagens, dependendo de sua qualificação. O capital territorial remete para aquilo que constitui a riqueza do território (atividades, paisagens, patrimônio, saber-fazer, etc.), na perspectiva não de um inventário contábilístico, mas da procura das especificidades podendo ser valorizadas.

Ao final desta revisão bibliográfica, sistematizam-se no quadro 1 alguns tópicos norteadores do estudo.

Quadro 1 - Tópicos norteadores do estudo

Tópico	Características	Principais autores
Desenvolvimento regional	-Adoção de estratégias sustentáveis; -resgate da cultura regional, -geração de renda, -formação do associativismo, -preservação do meio ambiente, -busca por superar as disparidades cidade/campo.	Sachs, 1994. Montibeller, 2002. Friedmann, 1992.
Artesanato	-Um aspecto da memória cultural de um povo, -instrumento de valorização dos seus elementos materiais; -exercício do poder criativo do homem, -representação da cultura popular, -responsável por contribuir com a identidade cultural de um dado território.	Pereira, 1979. Mazza; Ipiranga; Freitas, 2006. Soares e Fischer, 2010. Fischer, 2007.
Território	-Domínio politicamente estruturado resultante de apropriação simbólica identitária, inerente a certa classe social, -espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, -espaço apropriado a partir da ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público ou a grandes empresas, -nome político para o espaço de um país, -espaço usado, apropriado, -governança territorial.	Haesbaert, 1999; 2007. Raffestin, 1993. Souza, 1995. Andrade, 1995. Santos e Silveira, 2001. Santos, 1997. Fernández e Dallabrida, 2008. Brandão, 2007. Amin, 2008. Dallabrida, 2006; 2007; 2010b. Saquet, 2007. Benko e Pecqueur, 2001. Pecqueur, 2001; 2006; 2009. Corrêa, 1986. Gomes, 1995.
Indicação Geográfica	-Marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território, -ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios, -ativo intangível da propriedade intelectual que representa um atributo, uma qualidade atribuída ao meio ou a fatores humanos ou uma reputação que distingue produtos ou serviços relacionados a uma determinada origem geográfica, -com função de agregar valor ao produto e proteger a região produtora.	Anjos, 2012. Leader, 2009. Benko e Pecqueur, 2001. Albagli, 2004. Pecqueur, 2005. Acampora e Fonte (2008). Dallabrida, 2012. Ferreira et al, 2013.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na revisão bibliográfica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa define-se como qualitativa, uma vez que além de dados objetivos buscou analisar também aqueles de difícil mensuração e apresentação numérica. Foram adotadas múltiplas fontes de evidências para a coleta de dados: a entrevista, o relato histórico e a observação direta, conforme recomenda Godoy (1995).

O método utilizado foi o estudo de caso, que de acordo com Yin (2001, p. 32), é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A análise do caso teve duas frentes de investigação: a bibliográfica e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica consultou a literatura sobre os temas: desenvolvimento sustentável, artesanato, território, governança territorial e indicação geográfica.

Para a coleta de dados foi realizada a busca, leitura e análise de textos, reportagens, atas e demais documentos referentes ao Projeto Tranças da Terra no período de sua existência (2006 a 2014). Também foram realizadas 02 entrevistas abertas com: 01 representante da associação Tranças da Terra (Artesã) e 01 gestor do Sebrae (gestor), entidade que dá suporte para o Tranças da Terra. As 02 entrevistas foram feitas no mesmo dia, horário e local, (dia 01/07/2014, às 13h30min, na loja do Tranças da Terra em Joaçaba) e tiveram a duração de 48 minutos. Versaram sobre desenvolvimento regional, artesanato, território e indicação geográfica e sobretudo sobre o Projeto Tranças da Terra. Com o consentimento das entrevistadas, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

Realizou-se também a observação das atividades do Projeto Tranças da terra, por meio da visita a núcleo produtor de artesanato e da loja na qual são vendidos os produtos.

Os dados coletados nas diferentes frentes foram analisados por meio de recursos interpretativos, cotejando-os com a revisão bibliográfica realizada. A base para a análise foram os tópicos descritos no quadro 01. Buscou-se, ao analisar os dados coletados agrupados e classificados nestes tópicos em sua relação com a revisão bibliográfica realizada, responder aos objetivos de pesquisa.

ANÁLISE

Nesta parte foram abordados dados da região em estudo, a Meio Oeste Catarinense, bem como a trajetória e características atuais do projeto Tranças da Terra, suas formas de governança, iniciativas de valorização dos produtos, potencialidades do projeto e sugestões e oportunidades de melhorias.

A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE *LÓCUS* DO PROJETO TRANÇAS DA TERRA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), a Macrorregião Meio Oeste Catarinense, na qual se situa o Projeto Tranças da Terra, possuía, em 2010, uma população de 349.143 habitantes e uma densidade populacional de 34,1 hab./km². O município de Joaçaba é considerado o município sede da Macrorregião Meio Oeste e a cidade de Caçador a mais populosa, com 70.762 habitantes.

O povoamento da região teve como aspecto marcante a construção da estrada de ferro que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo e a chegada dos imigrantes gaúchos de origem italiana. A colonização da região foi também influenciada por alemães, caboclos, austríacos e paranaenses.

Conforme dados do IBGE, relativos a 2009, a movimentação econômica dos 32 municípios da Macrorregião, segundo a composição do PIB, foi de aproximadamente R\$ 7,4 bilhões, o equivalente a 5,7% do PIB estadual e alcançando o 7º maior no comparativo entre as nove macrorregiões.

A região ocupa uma posição de destaque no setor primário catarinense, como maior produtora estadual de milho, soja e trigo. Também possui uma atividade agropecuária bastante expressiva onde respondeu, em 2010, por 19% do rebanho catarinense de suínos e por 22% do de frangos. Na agricultura, destaca-se a fruticultura e horticultura (uva, pêssego, maçã e tomate), o cultivo de milho e a produção florestal.

O setor industrial estabelece uma forte sinergia com a atividade agropecuária da região, cabendo assinalar a representatividade do número de empresas e empregos dos segmentos de fabricação de alimentos e bebidas, do setor madeireiro e o de produção de papel e embalagens de papel. O segmento da Indústria de transformação, em 2011, foi responsável por 35.531 empregos formais, o equivalente a 32% dos postos de trabalho da Macrorregião Meio Oeste.

O quadro 2 apresenta, de maneira sucinta, alguns dados gerais e históricos da região em estudo.

Quadro 2 - Aspectos gerais e históricos na Macrorregião Meio Oeste

Aspectos gerais e históricos	
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Macrorregião Meio Oeste
Município sede da Coordenadoria	Joaçaba
Área territorial (km ²)	10.236,8
População Total 2010	349.143
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	34,11
Altitude (metros)	Altitude média de 957 metros acima do nível do mar, sendo a mínima de 409 metros em Ipira e máxima de 870 em Palma Sola.
Clima	Predomínio do clima Mesotérmico úmido, com temperatura média 16°C.
Colonização	Predomina na região a colonização de origem italiana e alemã. Ainda que em menor número, assinala-se a colonização cabocla.

Número de Eleitores	265.269	
Número de Municípios	32	
Municípios	Água Doce Lebon Régis Arroio Trinta Luzerna Caçador Macieira Calmon Matos Costa Capinzal Ouro Catanduvas Peritiba Erval Velho Pinheiro Preto Fraiburgo Piratuba	Herval d'Oeste Rio das Antas Ibiam Salto Veloso Ibicaré Tangará Iomerê Timbó Grande Ipira Treze Tilias Jaborá Vargem Bonita Joaçaba Videira Lacerdópolis

Fonte: Adaptado de IBGE (2012)

Destes municípios, os que participam diretamente do Projeto Tranças da Terra são: Catanduvas, Água Doce; Capinzal, Joaçaba, Luzerna e Ouro.

A população da Macrorregião Meio Oeste apresentou, no ano de 2010, crescimento de 7% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. Os homens representavam 49,76% da população e as mulheres, 50,24%.

A estrutura etária de uma população, habitualmente, é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos, os adultos, dos 20 anos até 59 anos, e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, na Macrorregião Meio Oeste, em 2010, os jovens representavam 32,4% da população, os adultos 56,5% e os idosos 11,1%. No decorrer dos 10 anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010, ocorreu uma evolução positiva de 5,3% no percentual da população economicamente ativa, passando de 49,8% no ano 2000, para 55,1% em 2010.

Visando melhor conhecer as potencialidades do Projeto Tranças da Terra, presente nesta região, aplicou-se um Inventário do Capital Territorial do Território⁴. De acordo com o Capital Natural, Patrimônio Natural e Meio Ambiente, o trigo é o produto vegetal de base para o Projeto Tranças da Terra, sendo necessário caracterizar a sua tipificação e quais as formas de uso.

TRAJETÓRIA E CAPITAL SOCIAL DO PROJETO TRANÇAS DA TERRA

De acordo com informações coletadas junto aos gestores do Projeto Tranças da Terra, a região do Meio Oeste Catarinense foi considerada a Capital Nacional do Trigo na década de 1950. A região montanhosa com baixas temperaturas era ideal para o plantio deste cereal,

⁴ Tomou-se como base o Inventário do Capital Territorial do Território elaborado por Dallabrida em 2011, para Projeto de Pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) que deu origem ao projeto de Iniciação científica, cujos resultados aqui são relatados.

cujo plantio foi introduzido por imigrantes italianos e alemães. O artesanato feito em palha de trigo era uma tradição responsável pela produção de chapéus e *sportas* (palavra de origem italiana que significa sacolas), usados principalmente nas lidas da lavoura e nas idas à cidade para compras. Com a mudança da fronteira agrícola para o estado do Paraná e a mecanização da agricultura, ocorridas a partir dos anos 1970, a cultura do trigo na região foi praticamente descontinuada no Meio Oeste Catarinense. Desta forma, o artesanato em palha de trigo se restringiu a poucas comunidades de agricultores que prosseguiram cultivando o cereal nos moldes tradicionais, sem uso de máquinas.

Visando resgatar o artesanato tradicional em palha de trigo, em 9 de agosto de 2005, o Projeto Tranças da terra foi lançado com a adesão de seis municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Joaçaba, Luzerna e Ouro. Aderiu ainda ao projeto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) de Joaçaba. Também na ocasião, apoiaram o projeto empresas do setor privado, especialmente uma tradicional do ramo de moagem de trigo e farinhas; empresa de comunicações (grande rede do Sul do Brasil) e empresas de contabilidade. No início de 2006, o projeto ganhou mais força com a adesão de outras empresas privadas e de uma empresa pública que presta assessoria a pequenos agricultores em SC.

O processo de constituição da rede de base para efetivar o Projeto Tranças da Terra teve início com a instalação de alguns núcleos: a) 01 núcleo produtor da matéria-prima, com produtores rurais de Catanduvas e de Água Doce; b) 06 núcleos de produtores de artesanato, com sede nos municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Joaçaba, Luzerna e Ouro, e c) 01 núcleo de armazenagem da matéria-prima, no município de Luzerna. Implantados os núcleos, em novembro de 2006, foi concluída a constituição da associação com a inauguração do núcleo administrativo, da central de vendas e de uma loja para comercialização dos produtos.

Desde a implantação do Projeto em 2006 até 2014, várias atividades foram realizadas, tais como: articulação de parceiros, mobilização e adesão de artesãos, criação da marca Tranças da Terra, prospecção de mercado, realização de oficinas técnicas e capacitação nas áreas de gestão e associativismo, pesquisas e desenvolvimento de novos produtos, formalização da Associação de Artesanato Tranças da Terra, apresentação dos produtos à comunidade local e regional, elaboração do plano estratégico de marketing da Associação de artesanato Tranças da Terra, implantação da Loja Tranças da Terra, capacitação e consultoria empresarial, consultoria tecnológica e acesso ao mercado. Com estas etapas o projeto prevê aumentar o volume de produção, o número de clientes ativos e atingir um faturamento base por mês, buscar outros pontos e canais de venda dos produtos e implantar o comércio eletrônico. (TRANÇAS DA TERRA, 2014).

De acordo com Tranças da Terra (2014), o projeto Tranças da Terra possui alguns destaques e reconhecimento externo importante, tais como os apresentados no quadro 3.

Quadro 3 – Destaques e reconhecimentos do Tranças da Terra

Seleção Rede Globo São Paulo, em 2012 a emissora selecionou o Tranças da Terra para gravação do Programa Ação Comunitária, transmissão sábado as 7h30 da manhã;
Prêmio House e Gift de design, considerado o "Oscar" do design brasileiro, em 2011 foi premiado com a Luminária Flores;
Prêmio Planeta Casa, em 2011 ficou entre os dez finalistas na categoria ação social (concorreu com mais de 400 inscritos, segundo informação da organização planeta casa);
Programa Caixa de Apoio ao Artesanato Brasileiro - em 2009, selecionado através da Caixa Econômica Federal (CEF) para o programa;
Prêmio Planeta Casa – em 2008, na categoria Ação Social – uma ação pioneira da revista Casa Claudia;
Prêmio FINEP - em 2008 foi a terceira colocada região Sul na categoria Tecnologia Social;
Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato - em 2008 entre as três unidades selecionadas, ficando em primeiro lugar no Estado obtendo a melhor pontuação;
Prêmio SEBRAE TOP 100 de Artesanato - em 2006 ficou entre as cinco unidades selecionadas em Santa Catarina;
Prêmio House e Gift de design, em 2006, premiado com a Cesta Flores na categoria Artesanato Regional;
Prêmio FINEP na categoria Inovação Social em 2006 2º Lugar.

Fonte: As autoras com base em Tranças da Terra (2014).

A partir de informações coletadas nas entrevistas, as maiores dificuldades encontradas no início do Projeto foram de tornar o produto conhecido, interessante, útil, e de colocá-lo no mercado. Nem todos os artesãos que iniciaram no projeto conseguiram adquirir a habilidade em trançar em palha de trigo. Este foi um dos fatores que levou alguns artesãos a desistir de participar do Projeto.

Quanto ao capital social, o Projeto Tranças da Terra, contou, na sua origem com 118 adesões de pessoas com habilidades manuais, critério básico para aderir ao projeto. Aderiram ao projeto para a produção da matéria-prima (o trigo “peladinho”) 16 produtores rurais. Hoje o Projeto conta com 22 artesãs (somente do sexo feminino) associadas e 03 agricultores na produção de matéria-prima.

Segundo as entrevistas, esta redução significativa no número de artesãos é vista com muita preocupação pelas entrevistadas, porque, na visão delas, o artesanato tem sido entendido pelas artesãs membro, apenas como uma atividade para passar o tempo e não como uma atividade econômica rentável. Pelo contrário, os atuais participantes do Projeto o consideram pouco rentável o que não atrai novos interessados e gera o desânimo das atuais artesãs. Desta forma, não ocorrem atualmente capacitações, como ocorreram no início do projeto, porque não se tem público para tal atividade. Ainda, de acordo com as entrevistas (2014):

Quem está no projeto desde o início, acompanhou todo este processo, acabou se apaixonando pela causa, e a questão nem é tanto o retorno financeiro, até porque como são várias, tem um pouco para cada uma então se teria que vender muito para ter um retorno financeiro bom. Quem *tá* fora quer saber o quanto vai ganhar se entrar no projeto, se for artesã do Tranças, e aí se falar a pessoa não vai querer, então tem que se apaixonar mesmo pela causa, ver além do financeiro [...]. Este envolvimento com a parte da gestão, por exemplo, traz a pessoa para um convívio social. (Artesã 1)

Quanto à gestão da Associação, o Projeto Tranças da Terra é administrado por uma diretoria formalizada, com presidência, gerência, secretária, tesoureira e mais algumas líderes artesãs que não fazem parte da diretoria, mas que contribuem com a gestão. São feitas reuniões mensais mesmo sem ter pauta prévia, mas sempre surge algo importante e se mantêm

o contato entre a equipe dirigente, considerado muito importante pelas entrevistadas tanto a gestora quanto a artesã.

A produção é feita nos núcleos produtivos e as artesãs ganham por produção, conforme relatado nas entrevistas:

Elas ganham por produção, é feito sempre levantamento do que cada núcleo tem e se percebe, por exemplo, Lacerdópolis: eles desenvolveram uma habilidade maior em fazer peças pequenas, produzem bastante. Em Catanduvas já fazem mais peças maiores. Então quando você produz 100 peças pequenas equivale a duas ou três peças grandes, então tem que ser por produção, porque depende muito da quantidade de matéria-prima que de utiliza na peça e do tempo pra produzir, é assim que a gente faz o cálculo do valor da mão de obra, então é por produção que a gente paga. (Artesã 2)

Outra dificuldade que existe desde o início do Projeto e que persiste até hoje, é com relação à matéria-prima, porque ela depende do clima. Apesar de a região ter clima apropriado para a produção do trigo, mesmo assim, se faltar chuva, a matéria-prima estraga e se chover demais também há perda. Este é um fator que pode fazer com que em determinados anos, a produção de trigo seja maior ou menor, causando efeito sobre a produção de artesanato em palha de trigo.

CAPITAL NATURAL, CAPITAL HUMANO E INTELECTUAL PRESENTES NO TRANÇAS DA TERRA

O principal capital natural do Projeto Tranças da Terra é o Trigo, matéria prima para todo o processo e para a confecção dos produtos. O Projeto possui um estoque considerável de matéria-prima, porque compra toda a produção do agricultor que faz parte da associação para não perder a adesão do produtor e nem a semente. Os agricultores que plantam a variedade de trigo específica para o artesanato, são orientados por técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), desde como faz o plantio, o manejo até como faz a colheita. Inclusive, antes da escolha da variedade, a Epagri cooperou com o Projeto Tranças e estudou qual a melhor semente para dar a melhor haste para o artesanato, chegando-se a variedade conhecida na região como Peladinho, cujo nome científico é *triticum*. Na colheita, o agricultor não pode usar máquina para cortar a palha porque a estraga precisando fazer a colheita manualmente. Esta variedade é tradicional na região Meio Oeste, porém seu cultivo praticamente desapareceu quando do processo denominado de modernização agrícola, ocorrido nos anos 1960 quando se introduziu a mecanização consorciada com o uso intensivo de agrotóxicos, eufemisticamente chamados de defensivos agrícolas.

A variedade de haste de trigo utilizada no Projeto Tranças da Terra atende as dimensões de sustentabilidade ambiental, pois é produzida sem qualquer uso de agrotóxico e sem causar danos ao meio ambiente. Também atende à dimensão cultural visto que se trata de um cultivo tradicional que requer um saber específico, desde o plantio até a colheita e armazenamento. Na produção das peças artesanais geralmente não se aplica qualquer corante sobre a palha de trigo, porém quando isto é demandado, são usados corantes naturais, como, por exemplo, a partir de cipó-índio e casca de pinheiro araucária.

O saber dos artesãos sobre o processo de produção do trigo Peladinho somou-se ao saber da Epagri que além de resgatar a semente tradicional, também orienta os produtores no uso das técnicas tradicionais e do Curso de Ciências Biológicas da Unoesc que cooperou com o Projeto compartilhando o seu conhecimento sobre formas de secagem e armazenamento do trigo.

No início do Projeto Tranças da Terra havia muitos agricultores que faziam este plantio do trigo específico para o Projeto Tranças, porém, no momento da pesquisa, foram identificados apenas três (dois homens e uma mulher). Um dos motivos é que ele precisa plantar exclusivamente para o Projeto, porque esta variedade de trigo, o trigo peladinho, tem uma palha mais comprida, porém não produz grãos muito bons para fazer a farinha. O agricultor planta o trigo objetivando a produção de farinha, pois lhe gera maior lucro do que a produção da variedade tradicional que tem menor produção de farinha, mas serve para o artesanato.

Esta questão da produção da matéria-prima causa impacto direto sobre a possibilidade de continuidade do Projeto Tranças da Terra. Os produtos em palha de trigo consolidam o artesanato tradicional local, estando relacionados às artes e ofícios dos colonizadores da região do Meio Oeste Catarinense. Tratam-se, portanto, de produtos com marcada vinculação a um território e a uma identidade de uma comunidade local/regional.

O CAPITAL CULTURAL DO PROJETO TRANÇAS DA TERRA

O maior capital cultural do Projeto Tranças da Terra é a manutenção viva de uma tradição da região Meio Oeste: a produção de artesanato com base em palha de trigo, a preservação da arte de trançar esta palha de diferentes maneiras e o seu arranjo pela costura artesanal formando peças utilitárias e de decoração. Originalmente os objetos trançados resultavam principalmente em chapéus e sacolas (*sportas*) utilizadas pelos colonizadores da região de origem ítalo e germânica, principalmente nas atividades agrícolas. Além da durabilidade, os chapéus traziam um conforto térmico adequado para os agricultores na lida na lavoura. Esta atividade artesanal tradicional ainda é observada com frequência na região, contudo já escasseiam as pessoas que têm o domínio da técnica tradicional de elaborar as tranças.

Para o Projeto Tranças foram contratadas pelo Sebrae duas *ecodesiners* que após estudarem e observarem detidamente as peças tradicionais e a cultura regional elaboraram protótipos de produtos e submeteram à apreciação dos membros da Associação para sua validação. Desta forma o que se fez foi uma releitura dos produtos tradicionais preservando na íntegra a forma original de trançar.

Quanto ao nome do Projeto: Tranças da Terra, ele foi sugerido pelas próprias artesãs, uma vez que a matéria-prima - a palha do trigo - vem da terra e o ato de tecer lembra também elos expressos pela própria trança e, simbolicamente pelo associativismo, forma escolhida para a produção do artesanato.

As coleções de produtos foram desenvolvidas alinhadas ao conceito de design ecologicamente correto, por meio da contratação de consultoria em *ecodesign* e são: Curvas

da Terra, Flores da Terra, Cores da Terra, Coleção Interiores e Coleção Flor de Menina. O quadro 4 apresenta os produtos do Tranças da Terra na sua tradicionalidade.

Quadro 4 - Produtos Tranças da Terra e tradicionalidade

Produto	Descrição	Tradicionalidade
Coleção Flores da Terra	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsa flores oval; - Bolsa flores quadrada; - Cesta flores; - Chapéu flores; - Descanso de panelas flor; - Móviles; - Porta-guardanapo flor; - Sousplat flor; - Trilho mesa flores. 	Os produtos são inspirados nos temas florais dos panôs e esculturas em madeira, religiosas. O uso da flor representa o lar do povo imigrante que se estabeleceu no meio-oeste catarinense. Todos os produtos são feitos com palha de trigo.
Coleção Curvas da Terra	<ul style="list-style-type: none"> - Bowl; - Bolsa curvas; - Capitel; - Cesta curvas; - Chapéu curvas; - Rechaud (porta-velas); - Sousplat caracol; - Anjo; - Mini cuia. 	Os produtos são um resgate das curvas dos trigais e esculturas religiosas presentes na região. Todos os produtos são feitos com palha de trigo.
Coleção Cores da Terra	<ul style="list-style-type: none"> - Americano; - Bandeja sporta; - Marcador de livro; - Porta-guardanapo; - Porta-cartão sporta; - Descanso de panela quadrado; - Sporta; - Sporta para vinho. 	Os produtos são coloridos com materiais extraídos na natureza. Todos os produtos são feitos com palha de trigo.
Coleção Interiores	<ul style="list-style-type: none"> - Bromélia; - Folha (porta-bala); - Luminária casulo-arandela;; - Luminária casulo-mesa; - Luminária de flor-pendente; - Mandala; - Revisteiro. 	Os produtos são desenvolvidos para decoração de ambiente e interiores. Todos os produtos são feitos com palha de trigo.
Coleção Flor de Menina	<ul style="list-style-type: none"> - Adorno; - Baton flor; - Cinto flor; - Colar flor; - Flor-presilha para lenço; - Prendedor cabelo. 	Os produtos são inspirados em acessórios femininos. Todos os produtos são feitos com palha de trigo.

Fonte: Elaborados pelas autoras com base em Tranças da Terra (2014).

A questão cultural é possivelmente a maior contribuição do projeto Tranças da terra para a região na qual se situa. Trata-se de um Projeto que parte de uma técnica tradicional conferindo-lhe novos usos e adicionando a dimensão ambiental da sustentabilidade. O que se questiona é se este quesito seria suficiente para gerar a manutenção e permanência do Projeto ao longo do tempo, bem como o seu potencial com marcas muito particulares deste território. O que hoje é efetivamente produzido no Projeto Tranças da Terra são produtos que só neste território se encontram, mas a arte de trançar a palha de trigo é encontrada em outros

territórios. Por estes motivos, somam-se as dificuldades de buscar a Indicação geográfica (IG) para os Produtos do tranças da terra.

O CAPITAL INSTITUCIONAL E PRODUTIVO DO PROJETO TRANÇAS DA TERRA

O Projeto Tranças da Terra tem contado, ao longo de sua trajetória, com instituições de apoio listadas no quadro 5.

Quando 5 - Instituições de apoio

Instituição	Forma de apoio
Sebrae	Consultoria, capacitação.
Unoesc	Pesquisa na área de gestão, redes e de ciências biológicas.
Prefeitura de Luzerna	Fornecimento de local de trabalho às artesãs e de local para estoque de matéria-prima.
Prefeitura de Joaçaba	Fornecimento de local para a loja do projeto.
Prefeitura de Catanduvas	Fornecimento de local de trabalho as artesãs.
Prefeitura de Água Doce	Fornecimento de local de trabalho as artesãs.
Prefeitura de Capinzal	Fornecimento de local de trabalho as artesãs.
Prefeitura de Ouro	Fornecimento de local de trabalho as artesãs.

Fonte: as autoras, com base nas entrevistas.

Estas organizações listadas contribuem com aporte de conhecimento, capacitação e consultoria, ou então com a cedência de instalações para o trabalho do projeto Tranças da Terra. Contudo, o Projeto precisa encontrar formas para gerar a sua auto sustentação o que ainda não se observa neste período de 2006 a 2014.

Quanto à infraestrutura, o Projeto Tranças da Terra conta com uma loja em Joaçaba, equipada com telefone e computador com acesso a internet.

Com relação às máquinas e equipamentos o projeto conta com máquinas de costura em todos os núcleos produtores. Os materiais de escritório estão concentrados na loja de Joaçaba.

No que se refere recursos financeiros, algumas empresas compram os produtos do projeto para dar como brindes corporativos, a Unoesc, o Sebrae e a Acioc- Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense, mas mesmo estas empresas acabam achando que fica caro, porque quando se fala em artesanato logo se pensa em crochê, tricô, que não fica tão caro produzir como os produtos do tranças da terra.

Atualmente a ajuda financeira recebida pelo projeto, em todas as cidades em que ele atua, diz respeito à cessão pelas prefeituras dos locais de trabalho, onde as artesãs trabalham e do local para a loja e para o estoque das matérias primas. Esta é uma preocupação evidenciada pelas entrevistadas, porque cada vez que muda a gestão das prefeituras é necessário buscar a continuidade da cessão destes locais e nunca se está seguro a respeito. Atualmente, a associação foi contemplada com recursos de um projeto do governo federal chamado Rede Solidária. Com o recurso o Projeto está construindo um novo espaço, num terreno doado pela

prefeitura de Joaçaba, mas é em num bairro novo, mas longe do centro. Como não fica num centro comercial, não será usado como loja, mas como ponto de encontro das artesãs, e para estoque de matéria prima e de peças prontas.

No início o Projeto vendia muito mais para outros estados do Brasil, como Bahia, Salvador, Minas Gerais e Rio de Janeiro, porque, na visão das entrevistadas “[...] o nosso estado, a nossa região não valorizava tanto o artesanato, hoje em dia a situação já mudou muito, e os produtos já são muito mais valorizados por aqui.” (artesã).

Os mais de 30 produtos diferentes produzidos pelas artesãs do projeto ajudam na geração de renda às suas famílias, mas de forma pouco significativa. Este é talvez um dos maiores desafios do Projeto: encontrar formas de melhorar as vendas para que se possa aumentar também o retorno para as artesãs participantes do Projeto e assim contribuir mais significativamente para o desenvolvimento regional. As entrevistadas não passaram os valores atuais percebidos pelos artesãos participantes do projeto, apenas asseguraram que o valor é baixo.

Tem-se também um paradoxo: de um lado o Projeto tem poucos associados devido à baixa geração de renda, de outro o projeto fica em dificuldade para ampliar o volume de produção, pois tem poucos associados. Este aspecto constitui-se num desafio que a Associação terá que enfrentar em breve.

Busca-se a inovação constantemente nos produtos, um exemplo disso é a coleção mais recentemente elaborada, a coleção Flor de Menina, que foi elaborada para atender especialmente ao público feminino, sendo que foram criadas presilhas de cabelo, cintos, colares, prendedores, entre outros.

A técnica de costurar a trança para fazer as peças, também agrega valorização ao produto, já que não é usada cola, o que aumenta a durabilidade dos produtos. Os produtos originais receberam valorização por meio do design ecológico incorporado.

Um dos pontos críticos no Projeto Tranças da Terra é a demanda por produtos comerciais e com baixo valor de comercialização, o que dificulta a venda de algumas linhas mais elaboradas que o Projeto produz. Desta forma, os produtos que mais receberam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às potencialidades e limites de estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento, observou-se neste estudo que o Projeto Tranças da Terra possui alguns pontos que favorecem, como a forte identidade cultural dos seus produtos com o território do Meio Oeste Catarinense. Contudo, há sérios desafios a serem vencidos, como a baixa geração de recursos para seus associados, o grande número de artesãos que deixaram o Projeto e a falta de interesse de novos artesãos de se associarem ao Tranças da Terra.

Observou-se, ao longo do trabalho de campo, que a atividade artesanal ainda é percebida como um *passatempo* para alguns participantes do Projeto, carecendo de uma

dedicação mais contínua de horas de trabalho no Projeto. Se por um lado a geração de renda extra é baixa, por outro a produção de peças também é pequena. O dilema para pensar a sustentabilidade econômica do projeto é como aumentar a produção do grupo diante um quadro de associados que disponibilizam pouco tempo para o trabalho no Tranças da Terra?

No que se refere às características da região Meio Oeste Catarinense em sua relação com o Projeto Tranças da Terra, observa-se que o Projeto nasceu de práticas tradicionais já decorrentes entre os imigrantes italianos e alemães colonizadores da região, bem como do capital social e institucional presentes neste território. Os produtos têm forte apelo a estas tradições e receberam significativo aporte de conhecimento e inovação pela introdução de *design* ecológico e pela forma de produção baseada na dimensão ambiental da sustentabilidade. Contudo, apesar das dimensões cultural e ambiental serem bem atendidas pelo Projeto, os produtos são de certa forma elitizados, pois demandam um consumidor que valorize estes atributos e aceite remunerar o artesão por um produto mais elaborado e com conhecimento social, cultural e ambiental injetado.

No histórico do Projeto Tranças da Terra percebeu-se que foi fundamental para a sua constituição, os seminários realizados nos municípios participantes do projeto, para apresentação e sensibilização sobre a ideia, para a mobilização e para o cadastramento de pessoas interessadas em desenvolver-se neste ofício. Observou-se também que de 2006 a 2014 o Projeto recebeu capacitação de diferentes conteúdos e formas.

Quanto à forma de gestão do Projeto Tranças da Terra, ela se dá por meio de uma associação formalizada e que recebe apoio institucional de diversas entidades, sobretudo do Sebrae (SC) e de seis prefeituras da região Meio oeste Catarinense. É possível, a partir da observação das pesquisadoras, que a atual forma de gestão mereça incrementos, sobretudo na dinamização da estratégia de vendas, na motivação do quadro de associados, no desenvolvimento de produtos que, resguardando as dimensões da sustentabilidade, tenham também mercado acessível a um público maior de consumidores.

Sobre as potencialidades do Projeto Tranças da Terra em termos de geração e agregação de renda e como nova alternativa de atividade econômica regional, é necessário uma reflexão e tomada de posição da diretoria da Associação em conjunto com o Sebrae, entidade parceira, sobre os rumos para o Projeto. Embora o Tranças da Terra tenha diversos componentes relevantes como: sustentabilidade social e ambiental, ele não tem hoje sustentabilidade econômica e não representa fonte de geração de renda significativa para seus membros e para a comunidade regional. Esta é, possivelmente, uma grande oportunidade de estudo futuro para verificar em que medida o projeto Tranças da Terra e a sua respectiva associação podem ser viabilizados do ponto de vista econômico. Acredita-se que o Tranças da Terra possa ser viabilizado e alcance novo patamar de sustentabilidade econômica. Contudo, é necessária uma ampla concertação de esforços de seus principais atores, especialmente dos artesãos e da diretoria da Associação, para discutir os rumos do Projeto e permitir a sua emancipação e consolidação.

REFERÊNCIAS

- ACAMPORA, T.; FONTE, M. Productos típicos, estrategias de desarrollo rural e conocimiento local. **Opera**, n. 7, p. 191-212, 2008.
- ANJOS, F. S. Indicação geográfica, identidade e desenvolvimento: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. In: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial produção, identidade e consumo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012. p. 53-83.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 23-69.
- AMIN, A. Uma perspectiva institucionalista sobre el desarrollo econômico regional. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 101-120.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Recife: IPESPE, 1995.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- _____. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Gestão territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011, p. 115-135.
- CASSIOLATO, J.E. LASTRES H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J.E; LASTRES, H.M.M; MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 21-34.
- CASTRO, I. E. Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. **Revista TERRITÓRIO**, v. 1, n. 2, p. 33-42, 1997.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução Klauss B. G. Prefácio de Ruth C. L. C. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- CORO, G. Distritos e sistemas de pequena empresa na transição. In: URANI, A; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 147-198.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de "concertación público-privada". **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, Santa Fe (AR), a. 3, n. 4, p. 61-94, 2003.

_____. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 78-79.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, n. 245, 1 ago. 2007

_____. Identidade territorial e indicação geográfica como fatores propulsores do desenvolvimento sustentável: o caso da erva-mate no Planalto Norte Catarinense e Centro Sul do Paraná (Brasil). In: SEMINARIO INTERNACIONAL DESARROLLO TERRITORIAL Y EMPLEO. SANTA CRUZ DE LA SIERRA. **Anais...** (BO), 2010b.

_____. **Governança territorial e desenvolvimento**: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Brasília: IPEA, 2011b.

_____. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **Desenvolvimento Regional em debate**, a. 2, n. 1, p. 104-136, 2012.

_____; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento territorial**: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo: Editora UPF/Ijuí: Ed. UNIJUI, 2008.

FARINÓS DASÍ, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de la A. G. E.**, n. 46, p. 11-32, 2008.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo Regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comps.). **Repensando el desarrollo regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 481-519.

FERREIRA, A. M; FERENANDES, L. R. R. M. V; REGALADO, P. Indicação geográfica no brasil: aspectos legais. In DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional**: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 127-134.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planeamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

FISCHER, Tânia. **Maestria em artes e ofícios populares**: mapeamento dos mestres-artesãos e seus saberes populares no território do sisal/BA. Salvador: FAPESB, 2007.

FRIEDMANN, J. **Empowerment**. Cambridge: Blackwell, 1992.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E; CORRÊA, R. L.; GOMES, Paulo César da C. (Orgs.). **Geografia, conceitos e tema**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-74.

HAESBARTH, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LEADER. A competitividade dos territórios rurais à escala global: conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER, Bruxelas: Observatório Rural/LEADER/AEIDL, v. 5, 2009.

LEITE, M. A. **Destruição ou desconstrução?** Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1994.

MAZZA, A. C. A; IPIRANGA, A. S. R; FREITAS, A. A. F. de. O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. In: ENCONTRO DA ANPAD 30, **Anais...**, Salvador: ANPAD, 26-27 set. 2006.

MARCON, M. T. de R. A resignificação do conceito região. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, a. 8, n. 8, p. 29 -51, ago. 2012.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

PEREIRA, C. J. C. **Artesanato**: definições e evolução. Ação do MTb – PNDA.. Brasília, 1979. (Coleção XI Planejamento e Assuntos Gerais).

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis: UFSC, v. 4, p. 135-154, jan./dez. 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1994.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. O desenvolvimento da colônia Silveira Martins. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Termo de referência para o artesanato**. Edição SEBRAE, 2003.

_____. **Diagnóstico Macrorregião Meio Oeste Catarinense**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/macro_meio_oeste.pdf>. Acesso em 19 maio 2014.

SOARES, R. M. F; FISCHER, T. M. D. “Aqui aprendeu da mãe que aprendeu da mãe”: Memórias e significados do artesanato no território do sisal, Bahia. In: ENCONTRO DA ANPAD, 34, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 25-29 set. 2010.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TRANÇAS DA TERRA. Disponível em: <<http://www.trancasdaterra.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

Artigo recebido em: 01/08/2014

Artigo aprovado em: 10/10/2014